

## **Cinco anos de linchamento em Belém (PA): uma análise do caderno de Polícia do jornal O Liberal<sup>1</sup>**

Will Montenegro TEIXEIRA<sup>2</sup>  
Fabrício Borges SANTA BRÍGIDA<sup>3</sup>  
Faculdade Paraense de Ensino, Belém, PA  
Faculdade Pan Amazônica, Belém, PA

### **Resumo**

O início do século XX começa a ser inserida outra realidade nos periódicos. Os crimes passam a fazer parte da cotidiana cobertura jornalística dos jornais brasileiros, que dedicam páginas inteiras às fatalidades e aos aspectos da vida de pessoas. O foco deste artigo é nas práticas de linchamento apuradas pelo jornal de Belém (PA), O Liberal. Foram analisadas as reportagens publicadas de 2008 a 2012, período em que foram catalogados 86 casos de linchamentos. A análise das reportagens possibilitou traçar, por meio de categorias de investigação, um perfil das vítimas de linchamento na Região Metropolitana de Belém a partir do que foi publicado pelo jornal.

**Palavras-chave:** jornalismo; violência; linchamento; O Liberal.

### **Introdução**

No começo do século XX, os jornais percebem e se adaptam a uma nova forma de chamar a atenção do público: assumindo definitivamente o papel de interlocutor da sociedade, conforme explica Barbosa (2010). Com publicações diárias de cartas enviadas pelos leitores, os jornais de cunho popular tornam-se uma espécie de intermediários entre os queixosos e os “mandantes”. Os assuntos<sup>4</sup> tratados nas cartas, em sua grande maioria, dizem respeito às reclamações de caráter privado e público.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Sociais (área de concentração em Sociologia) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Artes Visuais: Cultura e Criação pelo Senac-RJ. Pós-graduado em Gestão Responsável para a Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral. Graduado em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Universidade da Amazônia (Unama). Jornalista profissional (MTE/PA nº 2.298). Coordenador e professor adjunto dos cursos de Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) da Faculdade Paraense de Ensino (Fapen) e da Faculdade Pan Amazônica (Fapan). E-mail: willmontenegro@hotmail.com..

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Especialista em Ecoturismo e em Docência e Metodologia de Pesquisa em Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Administração pela Unama; em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (Uepa); e em Turismo pela UFPA. Coordenador pedagógico e professor assistente da Faculdade Paraense de Ensino (Fapen) e da Faculdade Pan Amazônica (Fapan). E-mail: fasantabrigida@hotmail.com.

<sup>4</sup> Assuntos relacionados aos roubos de residência ou estabelecimento comercial, até queixas referidas aos serviços prestados pela administração pública, além da falta de abastecimento de água e a constante ausência de servidores para a limpeza dos logradouros. Os redatores das cartas, ao se apresentarem, identificam-se geralmente pela profissão ou bairro onde residem.

O texto apresentado pela população é consideravelmente diferente ao que é apresentado pelo jornal, “definindo um conjunto de códigos que regem a própria interação discursiva [...] colocando o jornal em um lugar quase inatingível” (BARBOSA, 2010, p.233). O *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* são os dois jornais nos quais os leitores comuns encontram um maior apoio e segurança para relatar suas reclamações e opiniões pessoais. “O jornal é sempre adjetivado, ilustrado, defensor, importante e o articulista responsável pela seção a quem o leitor solicita ‘um obséquo’ ou ‘favor’ é, não raras vezes, brilhante e competente” (BARBOSA, 2010, p.233)

Já o jornal *Gazeta de Notícias* passa a promover festas de final de ano que beneficiam a população, tal como o “Natal dos Pobres”. Essa ação acaba sendo bastante elogiada pelos leitores habituais, que reenviam cartas ao jornal parabenizando pela atitude. Desta forma, como afirma Barbosa (2010, p.230), com o objetivo de entreter e informar os leitores, o jornal vai gradativamente adaptando o conteúdo de suas páginas às tragédias e aos dramas do cotidiano, transformando-se em um “jornal moderno, de leitura leve e interessante”, sempre em busca de aumentar o número de leitores.

A partir de 1907, outra realidade é inserida nos periódicos: crimes monstruosos e sensacionais, além de relatos sobre festas populares, passam a fazer parte do cotidiano desses jornais, que dedicam páginas inteiras às fatalidades e aos aspectos da vida de pessoas humildes. Dessa forma, é cada vez maior a participação da população nas páginas desses jornais. Ao visualizar sua carta publicada e seu drama particular tornando-se público, esse leitor transforma-se de personagem do cotidiano, em um personagem da notícia e da narrativa.

Usando uma lógica simbólica que associa cada texto a outras idéias, imagens e significações, há nessas narrativas um suplemento de sentidos dado exclusivamente pelo leitor e que foge completamente às regras materializadas no escrito. O que chama a atenção nessas cartas, muito mais do que a simples identificação do leitor, é o poder que possui os jornais no imaginário popular. (BARBOSA, 2010, p.234).

Desta forma, os jornais inserem-se de uma vez por todas no cotidiano das pessoas, especialmente, daquelas que escrevem para eles, conforme destaca a autora. De acordo com ela, o diálogo permite que a população encontre nos jornais uma parte de sua vivência, reconhecendo a si mesmo naquelas páginas impressas. Barbosa destaca que a possibilidade de adquirir conhecimento não é mais o único motivo para a leitura dos jornais. As pessoas

começam a enxergar naquelas páginas uma forma de participar indiretamente, e, algumas vezes, diretamente, desses próprios acontecimentos e polêmicas da cidade.

O momento era de transformações nas propostas editoriais das empresas de jornais naquele período. O movimento seria responsável pelos primeiros destaques ao noticiário policial e as reportagens, que, segundo a historiadora, representaria, de forma neutra, a sociedade do Rio de Janeiro na época. A estratégia de dar destaque ao noticiário policial se deve também para angariar o maior número de leitores aos jornais. Aliado a isso, esteve o aprimoramento nos projetos gráficos das edições. A aposta de alguns jornais centrou-se na variedade de assuntos publicados, a fim de atingir o maior e mais diversificado público. O fato foi verificado, pela autora, principalmente, a partir dos anos da década de 1920 do século XX.

### **O conceito de violência**

A definição da palavra violência, datada por Muchembled (2012, p. 7) do século XIII, em francês, é um vocábulo derivado do latim *vis* e atende a concepção de força ou ainda vigor, além de designar “um ser humano com um caráter colérico e brutal”. Nesse caso, violência sinaliza para uma relação de força na qual se submete ou se constrange alguém.

Na análise de Muchembled, em séculos posteriores, a sociedade ocidental possibilitou à violência um espaço de dualidade. Em primeiro lugar, ela agrega um tom de ilegalidade em função de denunciar os excessos e ressaltar que a lei divina não permitiria a matança do próximo. Entretanto, em segundo lugar, para trazer a carga denominada pelo autor de “positiva”, ou seja, a legitimidade da violência, a validação é análoga à ação do cavaleiro, “que derrama o sangue para defender a viúva e o órfão, ou tornar lícita guerras justas mantidas pelos reis cristãos contra os infiéis, os provocadores de tumultos e os inimigos do príncipe” (MUCHEMBLED, 2012, p. 7).

“A brutalidade das relações humanas compõe um linguagem social universal, considerada normal e necessária no Ocidente, até, pelo menos, o século XVII. Antes de se encontrar lentamente monopolizada pelo Estado e pela nação, a violência modela a personalidade masculina sobre o padrão nobre da virilidade e da virtuosidade no uso das armas exigido de todo aristocrata, desenhando no vazio, por oposição, o modelo da mulher fraca” (MUCHEMBLED, 2012, p. 8).

A ideia de que violência gera violência não é refutada, pois, segundo o autor, “repousa sobre uma ética viril que erige a força brutal como modelo de comportamento, particularmente na sociedade profundamente desigual da Idade Média e do Antigo Regime” (MUCHEMBLED, 2012, p. 8). Ao apontar o *modus operandi* das antigas civilizações, o que não distância na realidade atual, remonta uma concepção mantida do papel da mulher enquanto fraca e dependente da figura humana do homem, foco das principais atos de violência de todos os tempos. Ele constata que todos “são educados no ambiente de uma ‘cultura de violência’, repousando sobre a necessidade de defender a honra masculina contra os competidores”.

A questão social no cenário atual é resultado de interesses, carências e de uma fragmentária sociedade em detrimento de um fator inercial e de indiferença do Estado em seu formato para a democracia neoliberal. Por questão social entende-se, conforme Sales (2007, p.236), como um conjunto das “refrações produzidas de modo de produção capitalista, que, para se produzir e reproduzir, destitui uma parcela majoritária da população do acesso à riqueza social”. No que significa dizer que na desigualdade de uma relação social na formação brasileira.

Além de uma negação de direitos, ocorre a extrapolação de manifestações populares, influenciados pela indignação e insatisfação. Sales ressalta a questão da visibilidade angariada por sujeitos em suas manifestações conquistadas por meio da violência, que, no entanto, pode ser “paradoxal”. Em sua análise, de um lado, a sociedade acaba reconhecendo duas manifestações e, de outro ponto, “não se enxergaria as condições subumanas a que a maioria dos que sofre privação de liberdade está submetida” (SALES, 2007, p. 236).

No que abrange o conceito de violência e conflito, é válido mencionar Wiewiorka (2006), quando diferencia os conceitos ao apontar que o sujeito pode escolher pela via do conflito e da violência. Segundo ele, na primeira, cedem, praticam-na, se instalam e, eventualmente, conseguem dela. No caso da violência, são as próprias vítimas atingidas direta ou indiretamente. Para o autor, a violência “é a marca de um sujeito contrariado, interdito, impossível ou infeliz”, ressaltando que a violência urbana eclode a partir do momento há a negação do sujeito enquanto pessoa, que pode ser oriunda de uma perturbação, distorção social ou ainda frustração.

A violência abrange, em termos legais, qualquer tipo – a princípio – de violação ou designação de crime contra as pessoas, como por exemplo, homicídio, golpes e ferimentos, estupro, entre outros. Para isso, se torna relevante apresentar novamente a ideia de

Muchembled (2012, p. 9) que sugere, ainda, a concepção de violência não puramente ligada ao fenômeno inato e ainda o fato de que ela se distingue da agressividade, na qual conceitua: “é uma potencialidade de violência cujo poder destrutivo pode ser inibido pelas civilizações – se assim decidirem, e quando encontram uma adesão suficiente dos interessados para impor suas visões”

No uso da palavra violência, o autor aponta duas concepções díspares. A primeira coloca a violência no seio da vida humana pelo fato dos seres serem movidos a comportamentos predatórios e defesa quando ameaçados. Entretanto, pondera que o homem não seria um animal capaz de fazer a violência contra o próximo de forma consciente, o que sugere uma causalidade normal e outra patológica para a ação. Em contrapartida, a segunda aceção está ligada à “violência compensatória”, em que o homem é o único animal primata “capaz de matar e torturar membros de sua espécie, sem nenhuma razão, por puro prazer” (2012, p. 10).

A exposição analítica da questão do homicídio, na qual o categoriza como uma construção social e considera que as autoridades e o Estado encarregados da repressão construíram definição específica “e sua interpretação, privilegiando alguns de seus aspectos e ocultando outros fenômenos, tais como os falecimentos devidos a negligência ou a direção perigosa no trânsito” (MUCHEMBLED, 2012, p. 10). Pode ser acrescentada, como forma específica de homicídio, a prática do linchamento que é resultado de uma manifestação coletiva, obtida por uma rápida decisão, talvez impensada, repentina e súbita.

### **Contextualização histórica da cobertura de violência**

As transformações no processo de produção no jornalismo favoreceriam ainda ao surgimento de uma modalidade no jornalismo que apelaria às sensações e sentidos do público, conhecido popularmente como sensacionalismo. “Além do aparecimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista, que fará do escândalo e dos dramas do cotidiano o destaque do conteúdo [...]” (BARBOSA, 2007, p. 50).

A autora categoriza as informações<sup>5</sup> de sensacionais pelo fato de apelarem e aguçarem as sensações e sentimentos dos seres humanos, no caso, o público-leitor. Esse tipo de serviço noticioso ganhou cada vez mais destaque nas edições dos jornais a partir da década de 1910, em que eram apresentadas em manchetes, com ilustrações e favoráveis edições

---

<sup>5</sup> Sejam em forma de notícias ou por notas, relacionadas ao âmbito policial, que vão desde crimes e escândalos até tragédias urbanas, desastres e incêndios.

gráficas. Entretanto, projetos elaborados ainda de forma bastante tímidos e nada comparados aos populares existentes na atualidade pelo Brasil, que fazem a linha ‘espreme que sai sangue’<sup>6</sup>. De acordo com a pesquisadora, as notícias que envolvem crimes, tragédias e incêndio, por exemplo,

[...] apelam a toda ordem de sensações do público [...], transportam para os textos um Rio de Janeiro construído de lugares existentes e personagens perfeitamente identificáveis. A sociedade parece de tal forma contida nessas narrativas que o leitor tem a impressão de participar daquela realidade [...]. Ao procurar transpor a realidade para a narrativa, o autor dessas notícias procura construir personagens e representações arquetípicas. Quando isso ocorre, a narrativa passa a representar a existência, atingindo, em conseqüência, diretamente o público. Não é a representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas a sugestão de certa generalidade. O público é, assim, movido tanto pelo inusitado da trama quanto pela participação – ainda que indireta – na vida daqueles personagens. (BARBOSA, 2007, p.50).

A partir de vínculos estabelecidos entre a informação e o leitor, é possível ambientalizar o público diante de uma determinada realidade do acontecimento policial. A identificação com o noticiário por parte do leitor é atribuída, pela professora, a partir de uma estrutura narrativa mesclada entre realidade e a ficção – que a autora prefere denominar de romance -, em que há uma reconstituição do acontecimento pelo repórter e com atuação de personagens retirados de uma determinada situação real do cotidiano. “Essas notícias podem também inseri-los em ambientes estranhos. Podem também remontar a realidade como um conto folhetinesco ou uma cena de cinematógrafos. Produzem, enfim, elos de identificação com o público” (BARBOSA, 2007, p.50).

O foco das publicações seria atração do leitor por aquilo que estivesse no parâmetro natural e realista do acontecimento, o que possibilitaria um cenário de intimidade e aproximação com o público, conforme argumenta a autora. Em muitos casos, o noticiário ganha destaque nas edições em função de manchetes, chamadas e subtítulos, que permitiram, e ainda permitem até hoje, a compreensão por meio da visualização de reduzidos elementos verbais e não-verbais, principalmente nas capas dos jornais.

---

<sup>6</sup> Expressão comumente utilizada por alguns autores e também pela população para aquelas publicações que apelam às sensações humanas e exploram o uso de imagens de crimes ou outra mazela social, provocando grande comoção pública e constrangimento nos leitores que ficam assustados com a forma em que foram publicadas. Exemplos são as fotos de pessoas linchadas ou assassinadas por disparos de armas de fogo em via pública, que mostram com riqueza de detalhes o cadáver e a cena da tragédia, além da grande quantidade de sangue que saiu do corpo. Quando publicadas as fotos em excesso ou em tamanho grande, usa-se a expressão que se torcer ou espremer o jornal sairá sangue dele.

As notícias policiais passam a ser, quase sempre, entremeadas por pequenos subtítulos que resumem o conteúdo, motivando a leitura ou possibilitando o entendimento a partir da visualização de breves elementos textuais. Não basta mais estampar na manchete [...]. É preciso particularizar, resumindo, o seu conteúdo em pequenos subtítulos [...]. (BARBOSA, 2007, p.50).

Diante da aguçada curiosidade ou preferência do leitor pelos noticiários policial e da decisão dos periódicos de pautarem tal cobertura, a autora elenca algumas das prováveis justificativas para o fenômeno de vendas dos jornais. Primeiramente, Barbosa afirma que as notícias apelam, de certa forma, para o imaginário popular da sociedade, fazendo com que haja uma conexão entre “o sonho e a ficção”. Além disso, a historiadora acrescenta que os casos urbanos são reportados por meio de “conteúdos imemoriais, que aparecerem e reaparecem periodicamente sob a forma de notícias”. Ou seja, os fatos eclodem continuamente no espaço urbano de maneiras semelhantes, no entanto, apenas os personagens e as circunstâncias em que ocorreram os fatos não são os mesmos.

De tal forma que podemos dizer que existe uma espécie de fluxo sensacional que permanece interpelando o popular a partir da narrativa que mescla ficcional com a suposição de real presumido. São temáticas que repetem, com as inflexões necessárias ao tempo e lugar de sua construção, os mitos, as figurações, as representações que falam de crimes e mortes violentas, de milagres, de desastres, enfim, de tudo o que foge a uma idéia de ordem presumida, instaurando a desordem e um modelo de anormalidade. (BARBOSA, 2007, p.53).

A pesquisadora explica que a notícia que apresenta a tragédia urbana interage com o leitor a partir da narração do fato. A descrição do acontecimento aguça os sentidos da sociedade, o que possibilita a reconstruir a cena em que se deu o fato na imaginação do leitor . Com isso, essas narrativas<sup>7</sup> possibilitam incluir o leitor como agente participativo daquela realidade. A dualidade contida no ato de informar sobre o problema de segurança pública ou de possível descontrole social, também evidencia a estreita relação entre o jornal e o público, já que o primeiro se utiliza de estratégias e meios de recepção para seduzir o leitor no momento da leitura do fato e tornar um processo contínuo de assiduidade na leitura diária.

O complexo universo cultural do receptor – no caso, o leitor, - é explorado pelo jornal, seja pela edição e pelos recursos da linguagem visual. Na edição, a disposição de

---

<sup>7</sup> Denominação utilizada pela historiadora Marialva Barbosa (2007).

chamadas, títulos e subtítulos são elementos da edição jornalística que moldam o leitor e uma possível forma de leitura por ele. Além do destaque oferecido pela diagramação e recortes de falas dos personagens. A linguagem visual expressa por ilustrações, gravuras, fotos e charges chama atenção da população parcialmente alfabetizada naquela época no Rio de Janeiro e que é atraída pelo recurso da visualização, haja vista que os símbolos e códigos visuais são evidentes para a compreensão do fato, por mais que pelo letramento ainda sejam analfabetos. A imagem possibilita aproximação básica para perceber a veracidade do fato. Por fim, como já foi mencionada, a descrição do fato no texto noticioso permite a participação, ainda que passiva, do leitor no local do acontecimento, como parte integrante do processo. “Estão em cena os ingredientes fundamentais do jornalismo sensacional, que apela para valores culturais, para o imaginário e para as sensações de uma memória social e coletiva” (BARBOSA, 2007, p.56).

### **O jornal como fonte de dados**

Os dados de violência sistematizados pelas fontes oficiais não fornecem dados específico sobre o linchamento, o que não permite distinção entre casos decorrentes da prática e de homicídios, pois os mesmos recebem a mesma denominação. Levando em consideração que a outra possibilidade de estudar a prática seria por meio da leitura, classificação e análise de cada uma das lesões corporais, tentativas de homicídios ou homicídios registrados pela polícia e pela Justiça, no entanto, em função do universo de registros feitos diariamente, essa possibilidade dificultaria a análise e, conseqüentemente, inviabilizaria o estudo sobre o linchamento. A fim de estudar a prática, foi necessário recorrer a outras fontes de informação, já que a capitulação penal de linchamento não existe no Código Brasileiro, assim como o registro policial e ingresso no sistema de Justiça se dá pelas ter formas já apresentadas anteriormente: lesão corporal, tentativa de homicídio ou homicídio.

. Como se trata de uma coleta em uma fonte que fez uma cobertura jornalística, assim como qualquer outra fonte, é preciso ficar atento às possibilidades e limites que é possível fornecer por meio deles. A veiculação jornalística, como apresenta Chaparro<sup>8</sup> (2007), é uma atividade que pode sofrer inevitável pressão de interesses conflitantes, no entanto, em outro extremo, é uma atividade solidamente protegida por forças da intrínseca razão de ser. Entre as principais, está a de assegurar a sociedade o direito à discussão, no sentido de relato, e a

---

<sup>8</sup> Teórico brasileiro da Comunicação, doutor em Ciências da Comunicação e professor aposentado da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).



elucidação dos conflitos da atualidade, o que coloca ao jornalismo na função maior de assumir, como fonte de critérios, as razões éticas sociais.

Apesar disso, os dados extraídos da imprensa escrita implicam em utilizar informações documentais que foram registradas no contexto e na memória social das pessoas. Os relatos apresentam mudanças sociais em relação aos contextos e colocam em caráter informativo a presença da polícia no local do fato noticiado, o que é indicativo verídico e verdadeiro do acontecimento, justificando, assim, a utilização do mesmo. O documento escrito é base de reconstrução do passado e dá fundamento ao presente. A extração das informações deve ser baseada no que está colocado em forma de texto verbal e não-verbal, no caso a imagem.

A análise das notícias precisam ser norteadas por critérios a fim de que não fiquem soltos os instrumentos investigatórios que serão apresentados posteriormente. O primeiro critério é o tema de contexto social que necessariamente deve apresentar o linchamento ou a tentativa de linchamento como norteadores nos seus desdobramentos da prática. O segundo critério é a autoria que deve ser o jornal pesquisado e não seus jornalistas, uma vez que as matérias não estão assinadas e, ao final, é o jornal que faz a veiculação da notícia. O terceiro critério inicial de análise é a textual informativa, na qual o texto e as imagens apresentadas darão fundamento para a extração das informações que preencheram as categorias de investigação social. E, por fim, o quarto critério é a lógica textual informativa que se detém na observação de como a prática do linchamento é tratada pela reportagem, que, na maioria das vezes, está centrada no relato do que aconteceu em determinada localidade. A veiculação da notícia no jornal está condicionada ao critério de comunicação jornalística da noticiabilidade<sup>9</sup>, que é justamente o fato agregar valores-notícias<sup>10</sup> de interesse de todos como é o caso da prática do linchamento

O impresso selecionado para esta pesquisa foi *O Liberal* em função do tempo de circulação e do acesso à pesquisa das reportagens, que também pôde ser feito pela edição *on-line* da publicação, o que permitiu um alcance abrangente das notícias a fim de que nenhuma foi deixada de fora da análise. Além disso, o jornal possui editoria específica para o caderno de Polícia, assim como os demais, porém com a diferencial do número de equipes jornalistas a mais que o *Diário do Pará* que se dividem entre a capital e a região

---

<sup>9</sup> Termo do jornalismo que significa quando um fato tem interesse e relevância pública, pois em função das circunstâncias é noticiado e/ou deve ser noticiado (CHAPARRO, 2007) e (PENA, 2005).

<sup>10</sup> São atributos que a notícia adquire em função do contexto social, da gravidade ou não, do que pode sair do controle ou normalidade, do que chama atenção do público, entre outros. Isso tudo agrega à notícia para despertar o interesse do público. (CHAPARRO, 2007) e (PENA, 2005).

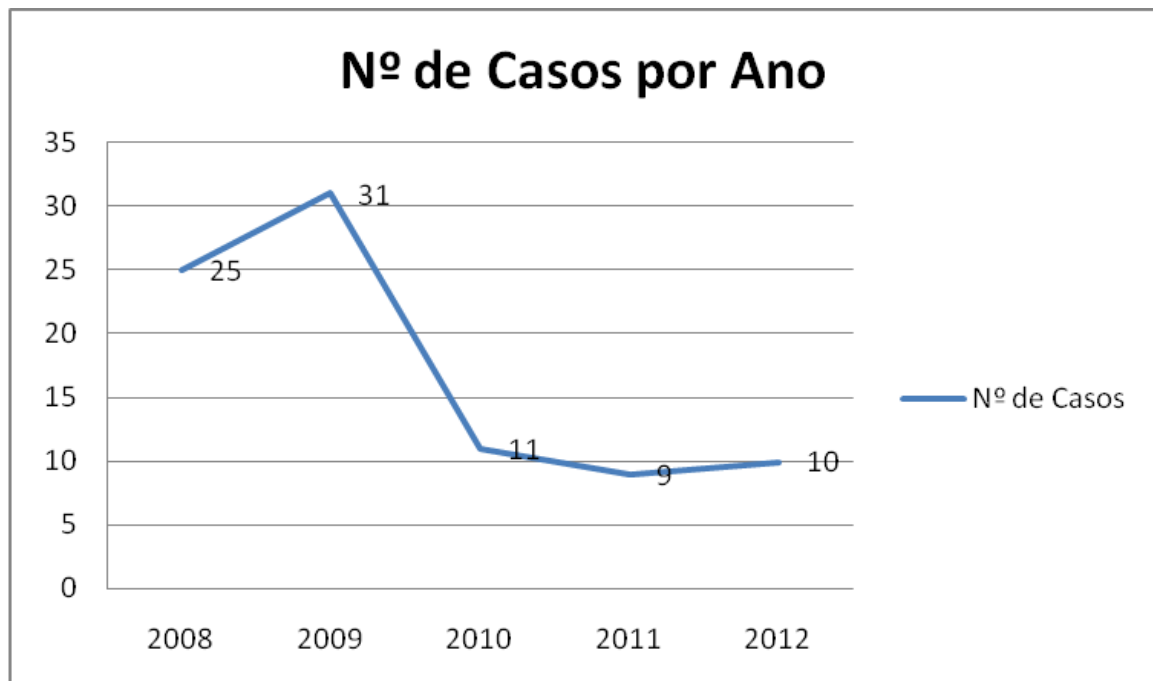
metropolitana, enquanto que o concorrente só possuía uma por cada período de cinco horas. O *Amazônia* não foi analisado em função de ter o mesmo conteúdo de *O Liberal* e pelo fato de ter linha editorial pouco modificada com a união das redações jornalísticas.

As reportagens de conteúdo jornalístico publicadas no jornal *O Liberal*, de circulação estadual e também fora do Pará, sobre as práticas de linchamento foram a base de dados, que analisou as edições do caderno de Polícia de 2008 a 2012 disponibilizadas, inclusive, eletronicamente no site do jornal dos casos noticiados e ocorridos na Região Metropolitana de Belém. Essa área abrange os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Benevides e Santa Isabel do Pará.

### Análise das reportagens

A análise do material foi pautada nos documentos, que serviram para descrever e/ou comparar fatos sociais. Para iniciar, foi feita a escolha das reportagens publicadas no caderno de Polícia de *O Liberal* baseada na seleção dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, sendo que 2009 registrou elevado número de reportagens com a temática (Gráfico 1), por isso a escolha do ano anterior e dos três seguintes.

**Gráfico 1 – Número de casos registrados nas matérias jornalísticas de *O Liberal* de 2008 a 2012**



FONTE: Dados da pesquisa

Durante os cinco anos da pesquisa, foram registrados o total de 86 casos de linchamentos, entre tentativa de agressão, agressão e o linchamento propriamente dito.

A tipificação é uma categoria de investigação que apresenta se o caso de linchamento foi caracterizado como uma tentativa de agressão, agressão de fato ou esta agressão se levou a morte do transgressor que foi cercado pelo grupo de agressores, como o homicídio. Outra ressalva é que o número de casos identificados, selecionados e analisados não corresponde diretamente ao número de reportagens publicadas, pois as mesmas podem ter mais de um caso haja vista que corresponde à unidade de pessoa linchada. Além disso, todas as pessoas linchadas foram exclusivamente do sexo masculino nos quatro anos de análise. Não há registro de pessoas do sexo feminino nas reportagens do jornal. Com relação à categoria identificação, a maioria dos linchados foi identificada e teve seus nomes divulgados pelo jornal.

No período de 2008 a 2012, foram registrados 14 casos de tentativa de agressão, 57 casos de agressões e 15 casos homicídios. Independentemente de o linchamento consumado caracterizar a morte do transgressor, a agressão se faz presente e revelada pela preponderância da mesma. A agressão não passa para o caso do tipo homicídio pelo fato ser interrompida com a chegada da Polícia Militar, Polícia Civil, Agentes de Segurança Pública e por Civis, como será explicado em ocasião oportuna.

No quesito acusação, que aponta o que teria levado ao início do linchamento, a maioria dos crimes praticados pelo transgressor retratados pelo jornal foi o crime de roubo, ou seja, quando é feito o emprego da violência para subtrair algo de uma vítima, geralmente, em via pública. Com isso, passa a ideia de que o transgressor foi visto e, em seguida, cercado pelos agressores

A amostra apresenta que as três principais cidades da Região Metropolitana de Belém são as que mais registraram casos da prática de linchamento no período pesquisa, quando comparadas com as demais cidades (Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará). Foram 50 casos em Belém durante o período de cinco anos da análise, 22 casos em Ananindeua, oito casos em Marituba, um caso em Benevides, cinco em Santa Bárbara do Pará e nenhum registro a pesquisa do jornal em Santa Isabel do Pará.

A categoria instrumentos indica o que foi utilizado pelo jornal para expressar a forma de violência dos agressores contra o transgressor. É perceptível a utilização de objetos, instrumentos e do próprio corpo para a agressão, esse último pelo uso dos membros inferiores e superiores do corpo humano com socos e chutes. Fica evidente que o termo

agredido e espancado é comumente usado pelo jornal para demonstrar que o suspeito passou por algum tipo de agressão física, que pode englobar as outras variáveis ou não.

Quanto ao turno, há registrado da prática pela manhã, à tarde, à noite e pela madrugada, no entanto, a predominância em todos os anos analisados é pela manhã, à noite e pela madrugada.

É possível visualizar os meses em que foram registradas as práticas do linchamento durante cada ano analisado nesta pesquisa. O acumulado dos cinco anos da pesquisa nas reportagens apresenta um caso em janeiro, seis casos em fevereiro, oito em março, dois em abril, sete em maio, cinco casos em junho, oito em julho, oito em agosto, 11 casos registrados em setembro, 16 casos em outubro, oito em novembro e seis em dezembro.

Outro quesito que pode dar elementos para o conhecimento dos agressores é a justificativa atribuída pelas pessoas para investirem contra o transgressor. Foram, no acumulado dos cinco anos pesquisados, 52 casos reportados em que os envolvidos no linchamento presenciaram o crime, 24 tiveram conhecimento de algum foram do crime cometido pelo suspeito em uma vítima e dez informaram ao caso da reportagem estarem revoltados com a violência e/ou crime.

A categoria interferência está voltada para quem evitou a morte do linchado. Com base nas pesquisas, a Polícia Militar é a principal interventora a fim de impedir que o transgressor morra de um linchamento.

Já na categoria de investigação social faixa etária é possível identificar que a maioria dos agredidos - ou seja, transgressores - é composta por jovens e adultos jovens. No acumulado de cinco anos dos dados pesquisados, 12 casos são de jovens até 17 anos, 28 casos de faixa etária de 18 a 22 anos, seis de 23 a 27 anos, nove casos de faixa etária de 28 a 32 anos, seis casos de 33 a 37 anos, um caso de 38 a 42 anos, um caso na faixa etária de 43 a 47 anos e 23 casos em que não foram informadas pelas reportagens as faixas etárias dos linchados, o que pode ter ocorrido em função da fuga deles no momento da prática ou ainda pela falta de informação concreta sobre a idade do agredido.

O desfecho é considerado término daquela situação da prática do linchamento. Se houve necessariamente uma intervenção, o transgressor pode ter recebido os primeiros socorros e, posteriormente, foi encaminhado à delegacia, ou ainda pode ter sido preso de forma direta, sem ser encaminhado aos primeiros socorros. Caso o linchamento tenha sido efetivado, o transgressor foi morto.

### **Considerações finais**

A partir da análise de reportagens de conteúdo jornalístico publicadas no jornal O Liberal, de circulação estadual e também fora do Pará, no recorte temporal de 2008 a 2012, foi possível estabelecer - primeiramente - uma contextualização da prática de linchamento, tanto na figura do agredido quanto do agressor, porém, este último em menor grau de informação fornecido pelas informações obtidas nesta pesquisa.

As polícias Civil e Militar do Estado do Pará não dispõem de dados específicos relacionados à prática. Quando se trata de uma agressão fatal à morte pode se classificado de crime de homicídio ou ainda como crime de lesão corporal, que não há morte, praticado por vários autores não identificados, já que o grupo se desfaz com a chegada do aparato do Estado, como a polícia. As ocorrências não são tipificadas linchamento, o que dificulta a identificação oficial do problema social.

Com base na análise documental das reportagens, foi identificada que todos os agredidos são do sexo masculino, sendo a maioria identificada por nome e sobrenome, ao contrário dos agressores que não são identificados. Além disso, geralmente, o grupo de agressores recebe tratamento nominal de uma “multidão”, “turba” ou grupo de pessoas que estão próximas ou presenciaram o crime. Foi constatado ainda que além dos instrumentos e ferramentas de agressão, como, por exemplo, pedaços de madeira, outros utensílios e objetos metálicos. Além disso, o corpo se torna o principal meio de agressão por meio do pontapé, do chute e do soco.

Nesta perspectiva, o assunto atenta para o fato da relação de predominância de um grupo social sobre um indivíduo. A ação coletiva nesse caso é pontual e feita pela união de indivíduos, com interesses diversos, que se unem momentaneamente com um objetivo em comum. A formação desse comportamento coletivo para a prática da violência é interessante de ser observada enquanto processo social como também forma de atuação dos grupos.

Compreender os sentidos contemporâneos das práticas sociais de linchamento na Região Metropolitana de Belém a partir da perspectiva dos linchadores foi o objetivo central desta pesquisa. A importância se deveu no estudo de uma reação individual que, de forma direta ou indireta, contagia os demais, com gritos chamativos para participar da prática ou com os que passam pelo local, em prol da violência em grupo e com a parcela aditiva de crueldade, pois inúmeros instrumentos, ferramentas e objetos, além do próprio corpo, são utilizados contra o outro, enquanto instrumento para agredir.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo popular e sensacionalismo**. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=3&s=9&a=31>>. Acesso em: 4 abr.2010.

\_\_\_\_\_.;ENNE, Ana Lucia Silva. **O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional**. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/article/viewFile/163/150%20O%20jornalismo%20popular,%20a%20construção%20narrativa%20e%20o%20fluxo%20do%20sensacional>>. Acesso em: 15 jun.2010.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

MARTINS, J. de S. **As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, IEA-USP, v.9, n.25, 1995.

\_\_\_\_\_. **Linchamento: o lado sombrio da mente conservadora**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v082/linchamento.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MUCHEMBLED, Robert. **História da Violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional/Forense Universitária, 2012.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SALES, M. A. (In) **visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.